

Uma biblioteca e o seu redor

Paulo Ferreira da Cunha¹

Resumo: Começando por pensar na importância de cada pessoa criar, desde cedo, uma biblioteca pessoal, levantam-se vários problemas, tais como os cânones literários, as disciplinas não literárias que devem ser abrangidas pela cultura geral, e outras questões das presentes guerras culturais. O autor defende uma perspectiva humanista, universalista e pluralista da educação e da cultura, e preocupa-se com a iliteracia crescente, fonte de dogmatismo, e o extremismo social a que tal necessariamente levará.

Palavras Chave: Biblioteca, Cultura, Cultura Geral, Educação, Cânone, Literatura.

Abstract: Starting by thinking about the importance of each person creating, from an early age, a personal library, several problems arise, such as literary canons, non-literary disciplines that should be covered by general culture, and other issues of the current culture wars. The author defends a humanist, universalist and pluralist perspective on education and culture, and is concerned with the growing illiteracy, source of dogmatism, and the social extremism to which this will necessarily lead.

Keywords: Library, Culture, General Culture, Education, Canon, Literature.

Si hortum in bibliotheca habes, nihil deerit.

Marco Túlio Cícero²

I. Fazer uma Biblioteca

Alguns (talvez sejam mesmo muitos) indicam como tarefas máximas e fundamentais de uma pessoa, sumo ideal de vida até, deixar três coisas no mundo: um filho, um livro e uma árvore.

Reconhecendo que podem ser muitíssimo importantes, mas não querendo entrar por essa discussão, avançaríamos uma outra grande tarefa: adicional, não alternativa... Do mesmo modo que nem todos poderão ou quererão ter filhos, escrever livros e plantar árvores, também neste caso desde logo advertimos e reconhecemos que é um programa só para alguns, embora pessoalmente gostássemos que pudesse ser um objetivo de qualquer pessoa.

Distinguimos, porém. Será este um objetivo que apenas as pessoas cultas podem ter, por natureza. Quem não se sinta atraído pelas questões do espírito, da arte, das ciências, etc., não terá propensão nenhuma a perseguir este objetivo. Há no mundo um sem-número de outras coisas a captar a sua atenção, a convocar o seu dinheiro, a sugar o seu esforço, a comprometer o seu tempo de vida...

¹ Juiz Conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça. Catedrático da Universidade do Porto (funções suspensas para exercício da magistratura).

² CÍCERO — *Epistulae ad Familiares*, IX, 4 (para Varrão).

Mas, assim colocadas todas as prevenções, diríamos que constituir uma biblioteca deveria ser um projeto (quase se diria um lema) de toda a pessoa culta.

A percentagem de portugueses que não leram um único livro no último ano é altíssima (e presumimos que haverá outros que hajam lido menos ainda). Respeitadas instituições nacionais levaram a cabo um inquérito, e 61% dos portugueses estavam em branco na leitura de livros no ano que passou (e ainda no “rescaldo” da pandemia). É um descabro. Mas, como é evidente, essas coisas essenciais não interessam à navegação de cabotagem das discussões mais salientes no espaço público. A notícia caiu em saco roto, como as demais notícias do resvalar da nossa (in)cultura. Que não é só portuguesa, de modo algum.

A falta de interesse pela leitura, e a incapacidade de a Escola inculcar nos cidadãos gosto e hábitos de leitura deveriam ser (como, por exemplo, a repetição trágica, todos os anos, dos incêndios estivais – para que nunca se vê uma solução) veras e graves emergências nacionais. E obviamente a recuperação da taxa de natalidade. Pois bem: lá temos associados ao nosso ponto os três objetivos tradicionais: livro, filho, árvore. Acrescente-se o cuidar da água, o prover água. O deserto avança e, entretanto, que planos temos?

São emergências. Questões de sobrevivência.

II. Há Livros e livros

Pois, enquanto Roma arde, dizia Chesterton, é preciso estudar hidráulica. Pensar numa biblioteca pessoal é um contributo pessoal para que a cultura não arda de vez (só pessoas cultas, mas pelo menos um pouco provocatórias, se dão ao luxo de querer “acabar de vez com a cultura”, como o título de Woody Allen). E a caridade mais bem entendida começa por nós próprios. Há quem morra com a despensa cheia de enlatados preventivamente comprados com medo de catástrofes públicas (como uma simpática mas excêntrica personagem do *Quartet in Autumn*, de Barbara Pym³). As provisões de livros são alimento para a cabeça e o coração e não se corre o risco de apodrecimento. É preciso levar em viagem sempre uma malinha de primeiros socorros de livros – o que hoje pode, mais comodamente, fazer-se com um *tablet* das várias marcas disponíveis. Até mesmo um telemóvel / celular armazena imensos livros que se podem nele ler a qualquer momento. E em casa... como é inóspita uma casa despida de livros, ou, quem sabe se pior ainda, uma casa com “os livros errados”, ou seja, com aqueles monos horríveis que se compram por moda (e muito *marketing*), de péssima qualidade, revelando que não se atingiu um nível de discernimento cultural, mas apenas a qualidade de consumidor do produto. Que desperdício de floresta! E de investimento humano na leitura e na aquisição.

Não é, obviamente, uma biblioteca um caixote, ou uma bela prateleira (ou uma sala) de livros sem ordem (e que não espelhem uma ordem mental) e sobretudo que em si não irradiem alguma exemplaridade e testemunho da chama do Saber. Se os livros que tens não denotam a Humanidade, a Civilização, são apenas os “papeis pintados com tinta” a que se referiu *en passant* Fernando Pessoa. Realmente, preferimos o frio metafísico de uma casa sem livros (gostamos, no caso, de pensar que apenas “ainda sem livros”) que um lar mal construído, deformado, com livros banais, e até poluentes, que, afinal, profanam a categoria, contendo o contrário do que deveriam conter.

³ PYM, Barbara — *Quartet in Autumn*, trad. port. de Maria Adelaide Ramos, *Quarteto no Outono*, Lisboa, Cotovia, 1997.

Não há aqui nenhuma vocação inquisitorial ou censória, longe vá o agoiro. É só para dizer que, da mesma forma que há Lei e há legislação, e que uma coisa é a excelsa *relação necessária que deriva da natureza das coisas* (como assinalou Montesquieu, no seu *De l'Esprit des lois*) e outra uma mera regulação, quantas vezes indiferente na sua prescrição (para não falar nas normas injustas, que obviamente não são Leis, tese para que apontavam já Tomás de Aquino e Agostinho de Hipona), também há Livros e livros, e a forma física de livro não garante a sua dimensão, quase se poderia dizer transcendente.

III. *Cânone e Opinião*

Mas é evidentemente muito complexo e obviamente controverso dizer-se quais são os bons e os maus livros, os que valem e os que não valem. Por isso, tem de se falar assim de forma geral, mais para alertar para a existência dos segundos que para os nomear. Ajudará, por vezes, referir alguns dos primeiros. Mesmo assim pode haver discussões, e é salutar que as haja. Perguntamo-nos, porém, se um livro muito mau poderá ter lugar num consenso, ainda que pequeno, de obras a reter e a promover. Ainda assim, poderá ocorrer. Mas, em geral, o gosto culto sabe distinguir (se não estiver obnubilado pela política, pela inveja, pelo favoritismo, etc.) o que se encontra ou não dentro do “cânone”, que é um metro essencial nestas coisas. Se uma obra se aproxima das canónicas, ainda que querendo provocá-las ou destruí-las, pode entrar no que poderíamos apelidar de “cânone vasto”, *cânone lato sensu*. Se está completamente de costas voltadas para ele, ou mesmo se, no fim de contas, afina pelo diapasão do mau gosto, do vulgar, da infra literatura, etc., parece certo que não deveria ser apresentada nas escolas como modelo.

Porque antigamente havia, com muita evidência e sem qualquer timidez, esse paradigma de se ensinar o modelar. Daí haver *seletas* literárias, que tinham trechos precisamente escolhidos, *seleccionados* – naturalmente por serem excelentes. Parece que depois se passou para um outro paradigma, não necessariamente errado (se não viesse a desterrar o primeiro): o do catálogo (ou catálogo ilustrativo, claro, não pode ser exaustivo). Assim, aparentemente passaram a desfilar, em algum tempo e lugar (não seguimos essas coisas de perto) textos que iam do horário dos comboios às crónicas de jornal. Num mundo em que, paradoxalmente, apesar de tantas janelas da *Internet*, os mais novos têm escasso conhecimento de muitos aspetos da vida real (e há até viagens de estudo de escolas a hipermercados, que naturalmente deveriam ser lugar de visita banal com os pais: mas a ignorância, hoje, é surpreendente, mesmo em coisas do quotidiano e do aparentemente óbvio), parece útil que sejam familiarizados escolarmente com vários géneros, não necessariamente “literários” *stricto sensu*. Entidades como uma Ata de uma reunião de condomínio, ou uma ata em geral, ou um ensaio filosófico não estão no quotidiano normal da generalidade dos nossos jovens. Mas seria importante que se entendesse que o que escrevem com a sua taquigrafia própria, nas redes sociais, também faz parte desse vasto mundo da Linguagem escrita. O que não se pode ignorar é que, continuamos a crer que no ápice de todas essas manifestações, está a língua escrita na grande Literatura, que alcança no Romance, no Conto, na Poesia, no Teatro, o seu apogeu, de um lado, e tem no Tratado, no Ensaio, no próprio artigo, uma outra vertente culta.

A distância entre o paradigma da seleta ou antologia da qualidade e o paradigma da recolha da pluralidade de testemunhos é muito grande. Embora a alta qualidade também tenha “muitas moradas”. O primeiro tem como princípio a estética, enquanto o segundo navega pelas águas da antropologia (ou eventualmente da

sociologia). Um diz o que deve ser (*sollen*), outro o que é, na sua multiplicidade (*sein*); um é normativo, o outro descritivo.

A perspetiva antropológica, das “listas”, tentando como que engolir todas as manifestações literárias (ou plásticas, musicais, etc.) que sabe existirem, tem, contudo, pelo menos, dois problemas:

O primeiro é que, em muitos casos, faz-se entrar num cânone lato (mas ainda assim um cânone) materiais sem valor estético e mesmo sem importância social.

O segundo é que nunca se consegue abarcar realmente tudo. O intento arquivístico está, naturalmente, votado ao fracasso. Ficará sempre de fora muita coisa existente, e suspeitamos (mas é uma suspeita evidentemente subjetiva e controvertível) que muito do que não chega a esta ribalta museológica, mediática, etc., poderá ser bem melhor do que o que se acaba por salientar e difundir. Embora haja sempre coisas muito medíocres que felizmente não são apanhadas pelo *carro vassoura* da teoria e prática antropológica de tudo “testemunhar” ou dar notícia.

Portanto, feche-se o parêntesis para dizer que se sonha com uma biblioteca em cada casa, em cada apartamento, em cada quarto ou estúdio de estudante, e que não envergonhem ninguém. Pior ainda é quando as pessoas têm orgulho (até excessivo e aguerrido) em infra produtos. Aí entramos num dos piores problemas do nosso tempo: a afirmação orgulhosa, soberba, da ignorância, da intolerância, etc. Há objetos singelos de leitura que não fazem mal a ninguém (até eventualmente poderão fazer algum bem), mas há alguns que farão mal...

Roberto Calasso escreveu um ensaio importantíssimo sobre a opinião⁴, que deveria ser lido, relido, degustado, em grande parte em diálogo com o grande iconoclasta que foi Karl Kraus. Os perigos das formulações (e a má literatura, como o mau cinema, ou a má televisão, são enlatados), das frases feitas, no fundo da falta de espírito crítico (e obviamente da falta de cultura que é o seu substrato, embora possa haver eruditos mentalmente abúlicos) levam a formulações que nos fazem estremecer ainda hoje (sobretudo hoje, dada a aparente repetição da História?), como esta, de Kraus, no seu *Die dritte Walpurgisnacht*: “Porque o nacional-socialismo não aniquilou a imprensa, foi a imprensa que fez o nacional-socialismo. Só aparentemente como reacção, mas na realidade como execução”⁵. Uma síntese mais vasta ainda é esta: “o sangue escorre das crostas das frases feitas”⁶.

IV. De Gostos e de Cores discute-se

É preciso, no presente contexto mais ainda, explicar que uma coisa é ter gosto e senso (apesar da clássica polémica ter desacreditado um tanto estas palavras entre nós), e discernir e procurar que se distinga o que é e não é de qualidade, ainda que numa abrangência grande (desde logo acolhendo muitas vanguardas, mas não tudo o que se queira colocar em bicos de pés para entrar nos anais da *Fama*, e da *Fortuna*...). E outra coisa, muito diferente, é querer impor padrões estéticos. O autor dum poemeto piegas de pé quebrado e erros ortográficos (e, pior ainda, de cabeça e conceção) não pode levar a mal que se não diga que é um novo Camões, Pessoa, Shakespeare... Mas (embora isso seja pouco observado, cremos) é evidentiíssimo que é preciso ter-se já um

⁴ CALASSO, Roberto — “Da Opinião”, em *Os Quarenta e Nove degraus*, trad. port. de Maria Jorge Vilar de Figueiredo de *I quarantanove gradini*, Lisboa, Cotovia, 1998, p. 27 ss..

⁵ KRAUS, Karl — *Die dritte Walpurgisnacht*, Munique, 1952, p. 227, *apud* “Da Opinião”, de Roberto Calasso, *cit.*, p. 52.

⁶ *Idem, ibidem.*

cânone flexível para colocar Pessoa (e os seus heterónimos) a par dos outros dois poetas clássicos (e de muitos outros). O que é que faz que um Alexandre O’Neil, não sendo bem-comportado nem entrando muitas vezes nas fórmulas consabidas, seja “um dos nossos” e, em contrapartida, um medíocre contador de escândalos, amontoador de palavras, com uma trama fraquinha, não o seja?

Quando saiu *O que diz Molero*, de Dinis Machado, sentiu-se que havia ali algo de diferente, mas estava do lado de cá da qualidade. São coisas que não se explicam, pelo menos não explica um leitor, simples leitor como quem escreve estas linhas. E só podemos recordar, sobre esta questão de qualidade, a conhecida história que do já referido Agostinho de Hipona se conta, quanto ao Tempo: se não lhe perguntarem o que é, ele sabe o que é; já não, se lho perguntarem. Não sabe explicar, mas sabe o que é. É o que ocorre (pelo menos no nosso nível elementar de abordagem) com a qualidade artística (nas artes plásticas é mais complicado ainda). Os conhecedores, os habituados à frequência da qualidade (como aquele frequentador habitual do Louvre de que falava Alain⁷), sabem distinguir. Desconfiamos que poucos serão capazes de ser convincentes nas razões. Sobretudo, jamais conseguirão persuadir quem esteja firmado numa cultura anticatólica e militante, para quem, obviamente, o que importará será doutrinar através de meios culturais⁸.

Há uma diferença entre o militante que está preocupado em inculcar nas pessoas as suas ideias, e se serve do livro e outros meios para essa cruzada, e o simplesmente negociante ou ingénuo vaidoso (havê-los-á?) que faz trabalhos para consumo massivo, sem qualidade. Por vezes, pode haver um entrecruzamento dos projetos de uns e outros. E tal é mais preocupante ainda. A razão para essa ocorrência é que o militante pouco se pode preocupar, em geral, com a forma e pode descer a níveis de concretização muito banalizados (mas também pode suceder o contrário, e disso há exemplos: não propriamente do militante, mas do artista com influências ideológicas profundas – não deixará de ser artista, apesar de filtrar a sua arte pela crença), mas sobretudo o apenas negociante ou vaidoso não penetram nas angústias mais complexas da Humanidade. Não atingem sequer a própria complexidade. Pelo que têm tendência para equacionar os problemas segundo os enlatados, as máquinas explicativas simplicíssimas, propiciadas pelas ideologias militantes em moda, ou então pelas ideologias silenciosas ancestrais, cheias de preconceitos, que persistem como que num inconsciente coletivo.

Daí que nessas obras superficiais se tendam a ver muito facilmente os estereótipos. A sua desconstrução é quase um jogo de crianças. O problema é que o público vulnerável e atingido por esses subprodutos não possui as chaves para desmontar a trama: seria uma importante ferramenta a fornecer na escola. Em tempos mais conservadores, estereótipos antiquados, ainda que à mistura com uma ou outra novidade; em momentos mais agitados, sem dúvida que se tratará de (embora afetando, por vezes, placidez, neutralidade e não-alinhamento) absorver e difundir os novos preconceitos, até porque em geral se pretende um condimento moderno (mas raramente o choque explícito total com alguns dogmas passados – essa uma contradição muito interessante), que sempre terá algum público, sobretudo mais jovem – pensar-se-á.

O grande problema ocorre quando a má qualidade possa ser levada ao colo por críticos e comunicação social sem critério, ou motivados por razões comerciais, de amizade, ou outros critérios não “científicos”, estéticos e rigorosos. Uma chancela

⁷ ALAIN — *Propos sur l’esthétique*, 6.^a ed., Paris, PUF, 1991.

⁸ Cf., por todos, HEINICH, Nathalie — *Ce que le Militantisme fait à la recherche*, Paris, Tracts / Gallimard, 2021.

universitária, por exemplo, num autor de ínfima categoria, faz danos inimagináveis, como se a fenda do dique holandês tivesse perdido o seu pequeno herói sem nome (há quem lhe chame Peter, mas na verdade parece ser uma lenda).

É semelhante a convidar um charlatão das pseudociências (não sabemos quem são, mas há mesmo revistas respeitáveis, por exemplo em França, que sobre isso laboram e procuram desmontar) a palestrar ou a officiar curso. A linha divisória entre a qualidade e a não qualidade, a ciência e a não ciência, pode esbater-se muito. E isso só dá força aos que proclamam o valor autónomo da sua opinião como valendo mais (porque é sua) que todas as razões do mundo. Esse voluntarismo sem maneiras e sem pensamento é o *ovo de serpentes* maléfica. Porque existem vasos comunicantes na sociedade. O ambiente cultural não é de modo algum impermeável ao político, e vice-versa (devia reler-se, por exemplo, Antonio Gramsci). Para apenas dar um exemplo.

O mais perigoso ainda nos tempos atuais não é tanto a difusão massiva, pelos poucos que leem, de má literatura; é muito mais o dilúvio de *fake news* políticas, sobre a saúde e a guerra, e, em geral, a ascensão de todo o tipo de gurus que vendem falsas certezas, falsas curas, falsas mundivisões, seja com recatada bata branca seja ostentando vestimentas exóticas, pouco importa. Todavia, não se pode descurar que é pela má literatura, pela má televisão, pelo mau cinema, e pelo péssimo material que vem em catadupas pelas redes sociais, que hoje são fundamentalmente formadas as crianças e os jovens. Como de costume, uma elite deplora no seu círculo (e o lamento não passa do conventículo), muitos responsáveis andam a cirandar por outras premências, e verdadeiramente a pergunta que imediatamente assoma é terrível: o que se pode fazer? Como contrariar essa tendência para baixar o nível, e não por razões simplesmente culturais, mas vitais? Porque pessoas acrílicas, infantilizadas, são carne para canhão de novos totalitarismos e aventureirismos de todo o tipo.

É evidente que há pessoas que alguns diriam mesmo “de bem”, e que, contudo, sentem que pouco podem fazer. A resposta (ainda que com algumas reticências) de Leonora (no romance de Barbara Pym *The Sweet Dove Died*) é muito saborosa, e reveladora do que algumas pessoas pensam (mais pormenor, menos pormenor):

“– Sim, acho que sinto que a vida só é tolerável se a encararmos de uma forma romântica (...) E, no entanto é perversa, na verdade, quando há todo este sofrimento e tudo isso, mas sentimo-nos tão incapazes – quero dizer, o que é que podemos fazer? Assim, tentamos viver uma vida decente... – Deteve-se, insatisfeita com a frase que de algum modo evocava a imagem de Miss Fox a ir à missa a um domingo de manhã cedo quando não era nada disso que queria dizer. – Bom, gostamos das artes e sempre damos qualquer coisa para as obras de caridade, claro, e... – aqui inclinou a cabeça sobre o creme de menta, - amamos o próximo tão bem quanto sabemos...”⁹.

V. Listas literárias e Enciclopedismo (hoc sensu)

Já sabemos alguma coisa sobre o redor da biblioteca. Concentremo-nos agora mais um pouco nesse projeto de fazer uma biblioteca pessoal.

⁹ PYM, Barbara — *The Sweet Dove Died*, trad. port. de Cecília de Moura, *A Doce Pomba Morreu*, Lisboa, Cotovia, 1991, p. 80.

Uma das melhores maneiras de alguém se desacreditar (íamos a escrever “queimar”) será mesmo elaborar uma lista de livros a ler. E, contudo, não nos esqueçamos que os governos, pelos seus ministérios da Educação ou afins, proverbialmente faziam escolhas de livros, e livros muitas vezes obrigatórios. Nem todos esses governos eram ditatoriais...

É preciso perder o preconceito de que indicar alguns caminhos aos jovens, à escola, seja uma doutrinação abusiva. Há a que o é, e há a que o não é. Deixar as jovens gerações *ao Deus dará*, sem algo que se aproxime de um “cânone” mínimo (e flexível) nacional, é obviamente deixar a porta aberta à doutrinação mais ou menos terrorista dos extremistas, que não têm esses pruridos. Se não ensinares *Os Maias*, alguém quererá que se ensine o *Mein Kampf*.

Mas uma coisa são livros escolarmente recomendados e até impostos, outra coisa são listas de livros a ler, normalmente feitas por literatos, jornalistas, etc.

Falemos agora destas últimas. Em primeiro lugar, estas listas não veem do céu dos conceitos, do mundo dos arquétipos. Elas estão sempre radicadas num contexto. É inevitável e não há por que deplorá-lo.

É em geral muito patente nelas uma certa tendência não dizemos propriamente nacionalista, mas de quadrante cultural / civilizacional e linguístico. Alberto Manguel, num programa de televisão (*A Vida privada dos livros*), perguntado se Eça de Queiroz era conhecido no estrangeiro (fora de Portugal), ao referir-se ao Reino Unido ironizou dizendo que o autor de *A Ilustre Casa de Ramires* não era aí conhecido, porque os britânicos só conheceriam a sua criação própria. É sem dúvida um exagero, mas recordamos qualquer coisa a esse propósito dito por um clássico crítico inglês...

Não é por acaso que a Biblioteca pessoal de Jorge Luis Borges só tem mesmo, de entre os portugueses, Eça de Queiroz, e numa obra nem sempre notada, *O Mandarim*. Sendo que Borges tinha o autor por excelente entre os excelentes. O *Cânone Ocidental*, de Harold Bloom¹⁰, refere, dos portugueses, Camões, Eça e Pessoa. Não temos muito que reclamar. Isso aliás coloca a fasquia suficientemente alto para um mar de mediocridade não se atrever a aspirar a entrar no cânone? Claro que não. Uma das características da mediocridade é não ter limite nas suas aspirações e na sua autognose. Ao ver-se ao espelho (e fá-lo frequentemente), vê sempre a genialidade.

De qualquer forma, haverá decerto alguns autores anglo-saxónicos que um não falante de língua inglesa poderá duvidar se deveriam entrar no cânone geral (ou ocidental...), alguns autores de língua francesa que a um não francófono deixarão perplexo numa lista canónica, etc.

Tudo isto é muito natural, e não fulmina de imprestabilidade ou inevitável sectarismo este tipo de procedimentos. Achamos importante, por vezes importantíssimo, desde logo, e antes de mais o que conhecemos, omitimos obviamente o que desconhecemos ou de que temos deficiente notícia. O grande historiador de arte Gombrich decidiu só falar, no seu excelente volume de síntese da matéria¹¹, apenas das obras de arte que pessoalmente teve ocasião de ver.

Como incitar, pois, à formação racional, planeada, de uma significativa e útil biblioteca pessoal, sabendo que é inevitável que todas as sugestões, no seu conjunto, têm a sua circunstância?

¹⁰ BLOOM, Harold — *The Western Canon. The Books and the School of the Ages*, trad. port., introd. e notas de Manuel Frias Martins, *O Cânone Ocidental*, Lisboa, Texas e Debates, 1997.

¹¹ GOMBRICH, E. H. — *The Story of Art*, 9.ª ed., Londres, Phaidon, 1995. Também, v.g., a trad. fr. de J Combe e C. Lauriol, *Histoire de L'Art*, nova ed. revista e aumentada, Paris, Gallimard, 1997.

Talvez a solução não seja indicar, de forma normativa, os cerca de 2 500 livros que uma pessoa poderá no máximo ler. Embora evidentemente seja uma estimativa com média de número de páginas e velocidade de leitura. Decerto mais nos inclinaríamos para a indicação de, digamos, ao menos uma centena. Não muito mais que isso. Já seria tão bom... Mas, obviamente, como tal seria lacunoso, e ainda muito parcial...

Achamos interessantes dois grupos de tentativas, que procuraram certamente lidar com as dificuldades de escolha.

Uma delas foi deixar, por cada um dos múltiplos temas em que a lista se dividiu, um livro mais, em branco, à escolha do potencial leitor do rol. Foi a opção de Pierre Boncenne¹².

Outra hipótese foi delimitar o destinatário da seleção. Não mais seria a pessoa culta, em geral, mas, por exemplo, o caloiro de uma dada disciplina universitária (o Direito Constitucional, para Antonio Carlos Pereira Menaut) ou o “jovem ocidental” (Alain de Benoist e Guillaume Travers).

Decerto que o destinatário desses projetos, que demandam tempo e entusiasmo, deve, com efeito, ser jovem e ter coragem para começar a ler, e perseverança para não desistir, e mais: vontade mesmo de formar uma biblioteca. O que implica decisão, sacrifício e carinho. Amor aos livros, antes e acima de tudo. Recentemente (agosto de 2022), a revista *Le Point* lançou um muito interessante “hors-série”, *Que lire, que voir, à quel âge*, para leitores até aos 18 anos de idade.

Claro que o programa dos *Great Books* para leituras essenciais (no universo ocidental), planeado para serem cumpridas em 10 anos, é a nosso ver excelente¹³. Mas é, obviamente, indesmentivelmente, ocidental, europeu, e, apesar de tudo, não deixa de ser anglófilo, digamos. Além, como é óbvio, de ser publicado em Inglês.

Mesmo assim, é um esforço o de atirar para o universalismo. Outros trabalhos, excelentes de resto, não correm esse risco apresentando-se como seletas de um único país, e mesmo num só género ou grupo de géneros¹⁴.

Uma solução relativamente engenhosa (e decerto não complicada para os especialistas informáticos) seria encontrar um algoritmo que, a partir de meia dúzia de listas radicadas nas culturas de vários países e línguas, estabelecesse uma nova lista, mais mesclada. Mas aí entraria um fator de aleatoriedade grande, podendo ficar de fora grandes obras apenas em prol de um equilíbrio formal entre grupos. E sempre seria muito difícil realmente fazer entrar todos no rateio... mesmo que num espaço circunscrito, como, por exemplo, o europeu. Parece ter havido algumas dificuldades em editar uma História da Europa de autoria de vários autores pertencentes a diversos países do velho continente.

Não esqueçamos, porém, que quando se fala numa lista de livros a ler durante uma vida, em boa verdade não se deveria apenas estar a contemplar obras literárias (como ocorre por vezes), mas títulos de todos os tipos, capazes de assegurar o que se chama ainda (embora a expressão tenha perdido peso e prestígio – o que é sintoma de decadência) “cultura geral”.

¹² BONCENNE, Pierre (ed. rev. e corrig. por) — *La Bibliothèque Idéale*, nova ed., Paris, Albin Michel, 1992 (Prefácio de Bernard Pivot, Posfácio de Alain Jaubert).

¹³ ADLER, Mortimer (ed.) — *The Great Conversation. A Reader's guide to the Great Books of the Western World*, 2.^a ed., 5.^a reimp., Chicago et al., Enciclopedia Britannica, 1994.

¹⁴ Como é o caso, entre vários, da excelente obra de JULLIARD, Suzanne — *Anthologie de la prose française*, Paris, Fallois, 2015.

Tenhamos, pois, presente essa necessidade enciclopédica. Note-se que o desaparecimento de enciclopédias físicas, em papel (já só se encontram, e raramente, em alfarrabistas), é também um sintoma de degenerescência, porque, desde logo, não se *surfa* a *Internet* como se pode folhear uma enciclopédia; Gabriel García Marquez parece que tinha esse hábito matinal de, antes ou depois do café, ler umas páginas à sorte da Enciclopédia britânica. *Faz um bem...*

Uma outra possibilidade seria a de escolher apenas grandes temáticas (obviamente remetendo a Literatura para um lugar menos relevante, no panorama geral, mas dando relevo a matérias normalmente menos enfatizadas e não menos importantes), e ao invés de para cada uma avançar clássicos, como que indicar grandes resumos do estado das respetivas artes e da história das mesmas. Mas essa *démarche* tem o grande perigo do saber de segunda ou terceira mão, quando o que mais interesse tem nestas listas é remeter o leitor para os grandes livros em si, não para comentários de epígonos, por muito geniais que possam ser.

Enciclopedismo *hoc sensu*, sim, mas com fidelidade à ideia de obras originais, de grandes autores. Além do mais, sempre se terá presente que a vastidão das áreas é imensa, e que, na verdade, a *démarche* de que falávamos *supra* acabaria por redundar numa enciclopédia. E não é disso que se trata.

De qualquer forma, este parêntesis cremos ter a virtualidade de chamar a atenção para a necessidade de, na construção da cultura geral de uma pessoa, não haver apenas uma forma (por exemplo, a lista de grandes livros, de grandes autores), mas várias. E, nelas, obviamente que tem um lugar importante a enciclopédia. Diríamos que com as suas duas principais modalidades: a dos artigos informativos diretos (a que a Britânica chama micropédia) e a de artigos de fundo, de grande síntese (a que a Britânica chama macropédia, e que é o único tipo de artigos de uma enciclopédia como a Einaudi). Tudo deve concorrer para a formação, e nada deve ser excluído. Digamos, assim, que numa biblioteca pessoal é essencial a presença de enciclopédias, assim como dicionários, evidentemente.

Assim, a um conjunto de obras de grandes autores literários, que se procuraria fosse o mais universal e não etnocêntrica (ou com qualquer outro preconceito – mas sem preocupações formalistas de quotas, que tudo baralhariam) possível, juntar-se-iam as enciclopédias (de preferência também não só uma, mas duas ou três, de proveniência também diversa).

Não deixemos de enfrentar o problema da cultura não literária mais diretamente.

Apesar de sobre estas imensas e múltiplas matérias haver uma pluralidade de predileções e avaliações, ainda não nos conseguimos libertar da ideia de que existem algumas matérias técnicas, que não podem interessar a toda a gente, e outras matérias mais formativas, que são *conditio sine qua non* de cultura geral.

A ideia que preside a este juízo é simples, afinal: pode-se viver entendendo razoavelmente o mundo com uma profunda incultura desportiva, esotérica, até científico-natural e científico-pura (matemática, por exemplo; salvo a aritmética e a álgebra e geometria elementares), digamos assim. É curioso que, se a matemática elementar é crucial, já as matemáticas superiores não são evidentemente para toda a gente. Acresce que, para questões concretas quotidianas que se coloquem, há manuais práticos (além do enquadramento enciclopédico), que se procurarão caso a caso. E sobretudo o imprescindível auxílio dos técnicos especialistas. Não se pode ser um *faz-tudo*.

O mesmo já não ocorrerá com o conhecimento de pelo menos rudimentos das matérias sociais e humanas, e, desde logo, do próprio idioma. Claro que se torna

necessária alguma literacia informática e, apesar de todas as calculadoras, computadores e afins, ainda é necessário fazer contas simples na vida diária, e é exigível que se resolvam alguns problemas “de cabeça”. É preocupante como tantos jovens já não sabem sequer a tabuada.

Mas se a Informática acabará por obter grande consenso, num tempo em que parece não ser simples técnica e apoio, mas determinante de tantas coisas, já há outras matérias que não lembrarão a muitos e que são hoje vitais. Destacariamos a formação ambiental, que é uma forma de auto preservação da Humanidade. Ela pode, aliás, ser considerada hoje já dentro da própria formação ou educação cívica, que tem de ser nos nossos dias muito abrangente. Por exemplo, não se compreende como não se ensinam Direitos Humanos e mesmo algum Direito em geral, quando importa tanto saber em que lei se vive e que direitos as pessoas têm – para, desde logo, evitar agressões, que sempre existiram, mas hoje emergem e escandalizam, como a violência doméstica ou as múltiplas segregações e crimes de ódio contra “minorias”.

Poderá parecer estranho para alguns, mas uma educação laica, de uma escola laica, nos tempos atuais, em que o fenómeno religioso tem uma dimensão importantíssima, deveria conter estudos sobre religiões: não tanto minudências bizantinas de teologias de várias denominações, mas rudimentos sobre as crenças de cada uma, história e sociologia das religiões, etc. Esse estudo tem de ser refletido numa biblioteca pessoal. A *pare*, não se pode prescindir, na educação cívica ou civismo, atualmente, do estudo das ideologias e do significado dos partidos, com abordagens sobre a filosofia do seu pensamento, história e sociologia. O fenómeno religioso e o fenómeno político não podem ficar arredados da cultura geral, e é preciso ler livros sobre eles. Acrescentariamos a necessidade imperiosa de as pessoas possuírem alguma formação no terreno da saúde, até, mesmo, dos primeiros socorros. É, como a falta de conhecimentos dos direitos, uma das grandes lacunas da educação.

VI. Uma Educação Humanista, Universalista e Pluralista

Mas voltemos à nossa biblioteca. Diríamos que há obras científicas naturais e puras que deveriam ser conhecidas por todos. Porém, duvidamos se seriam direta e imediatamente úteis (as obras científicas dos *Great books* poderão estar, pelo menos em parte, “desatualizadas”, mas valem como clássicos). Daí que de entre a produção não literária que deve ser assimilada, a científico-natural e científico-pura, seja mais apta a um conhecimento atualizado, de tipo manualístico (na escola) e enciclopédico (durante a vida), enquanto faz muito bem ler as obras originais de ciências sociais e humanas. Ou, pelo menos, partes delas.

Assim, cremos que há alguns clássicos da História (não apenas história política, mas da Arte, da Música, da Cultura em geral, e História económica e social também), da Geografia (também não apenas política e física), da Sociologia (com abordagens também particulares de certas áreas), da Politologia (que não se pode limitar a rudimentos de matemática eleitoral), e, antes de mais, da Filosofia (sobretudo da Estética, da Ética, da Política), sobre Arte, sobre Música, etc., que valeria muito a pena acrescentar à lista simplesmente literária.

Complicamos muito a escolha? Sim. Mas a cultura geral, hoje, sem deixar de ser em grande medida literária, está para além dela, e desde logo não se pode ter do mundo apenas uma visão ficcional. É preciso conhecer outras dimensões e outras abordagens.

Já custa que a tecnicidade das ciências não sociais e humanas nos prive em grande medida do seu conhecimento comum (e temos consciência de que se fôssemos todos mais formados nessas áreas seríamos menos enganados por charlatanismos), mas pelo menos consolidemos na nossa biblioteca pessoal a compreensão da Pessoa na Sociedade, no tempo e no espaço.

Até lá, não nos esqueçamos que é preciso, antes de mais, *ler, escrever e contar* (não foi por acaso que surgiu o movimento *back to the basics*). Mesmo e com alguma desenvoltura. O que, em certas partes do mundo, nunca foi um total adquirido e noutras se está a perder.

E entretanto, se se compreender o cânone como um dogma tenebroso e as listas de leitura como uma ditatorial imposição doutrinadora e recusar essas leituras, pouco se aprenderá. O fosso de incultura será enorme. São sempre muito curiosos os cânones alternativos que se inventam, de vez em quando, nestes ou naqueles setores. Cremos que se devem conhecer todos, oficiais e marginais. E, naturalmente, comparar. E não quer dizer que de um cânone não possam saltar certas obras para outro. Não devemos encarar estas listas de forma combatente e crispada ideologicamente. Mas há que verdadeiramente submeter todas, absolutamente todas, a um crivo crítico, para que a nossa biblioteca pessoal não seja um cumprimento de ordens, um alinhamento por modas, mas um exercício pessoal de liberdade. A melhor lista é a escolhida pelo próprio. Apenas não pode, anão orgulhosamente só, ignorar o que os gigantes sinalizaram. É preciso antes de mais desdramatizar a questão dos clássicos e dos cânones. O drama não é esse, é outro.

Recebido para publicação em 16-08-22; aceito em 24-08-22